

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, sendo que as omissas não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras do exercício de 2017.

8.2.2 CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Na sequência da alteração do critério de reconhecimento das existências em 2016, a partir de 2017 em armazém só se irão encontrar ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade do município. Assim, os produtos que se encontravam na conta 36 – Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, e que se destinavam a consumo interno, foram reconhecidos em 2017 numa conta de custos diferidos, para posteriormente, aquando do seu efetivo consumo serem reconhecidos como custos.

Pela primeira vez os empréstimos de médio e longo prazo e a subscrição do FAM, foram desdobrados de acordo com a exigibilidade da dívida.

8.2.3 CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Em conformidade com o ponto 4 do POCAL, os critérios valorimétricos utilizados na apresentação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Bens do Domínio Público

Aos bens de domínio público inventariados em 2001 foi aplicado o critério do valor de substituição, sendo a partir de 2002 utilizado o critério do custo de aquisição ou de produção, incluindo as despesas imputadas à compra.

Os terrenos e recursos naturais e os bens do património histórico, artístico e cultural não são amortizáveis.

b) Imobilizações Incorpóreas

O imobilizado incorpóreo é registado ao custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra ou ao custo de produção.

As imobilizações incorpóreas compreendem a “propriedade industrial e outros direitos” (direitos de replantação da vinha na Quinta Municipal da Suberra – não amortizável) e “outras imobilizações incorpóreas” (planos e projetos) os quais são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

c) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas iniciais resultaram da inventariação, reconciliação e avaliação efetuada no período de Dezembro de 2000 a Fevereiro de 2002. Foram utilizados os critérios do custo histórico em 25% dos bens inventariados, avaliação pelo método comparativo em 45% dos casos e a avaliação pelo valor de mercado em 25%. Não foram avaliados os restantes 5%.

Os imóveis do domínio privado foram valorizados, no caso dos terrenos, pelo valor de mercado e no caso das edificações e outras construções pelo valor de substituição.

A partir de 2002 as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, incluindo os gastos suportados direta ou indiretamente para a sua colocação em funcionamento, ou ao custo de produção discriminados no documento titular de aquisição (escritura) ou pelo apuramento de valores resultantes da conta final de empreitada.

Relativamente à avaliação de bens imóveis, o valor global do mesmo foi desagregado na sua componente de construção e terreno, uma vez que o terreno não está sujeito ao regime de amortização.

As amortizações são calculadas pelo método de duodécimos com recurso à aplicação de suporte à inventariação e cadastro de bens. As taxas de amortização praticadas são as previstas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, são totalmente amortizados no ano de aquisição, seguindo desta forma o disposto no art.º34 do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Os custos associados a grandes reparações e beneficiações cujos valores excederam 30% do valor patrimonial líquido foram imputados aos respetivos bens e igualmente amortizados.

d) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros encontram-se individualizados pelos valores de subscrição e valorizados pelo valor de aquisição ou montante das participações.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição adicionado dos gastos suportados direta ou indiretamente para as colocar no seu estado atual e no local de armazém. Foi adotado como método de custeio das saídas o custo médio ponderado.

f) Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões são constituídas de acordo com os critérios definidos pelo POCAL, em função das idades dos saldos em dívida e destinam-se à cobertura dos riscos de cobrança de clientes.

g) Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os proveitos diferidos incluem os subsídios ao investimento recebidos no âmbito dos vários quadros comunitários e do Orçamento de Estado através de acordos de colaboração. Os subsídios são transferidos para proveitos numa base sistemática proporcionalmente às amortizações dos respetivos bens.

8.2.6 DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO, PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

Os valores incluídos nesta conta correspondem a estudos de âmbito físico e social inseridos em políticas de desenvolvimento concelhio ao nível do ambiente, mobilidade, meio físico e social.

8.2.7 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos bens do domínio público, das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como as respetivas amortizações acumuladas é o seguinte:

Município de Vila Franca de Xira
Demonstrações Financeiras

ATIVO BRUTO
(Pocal 8.2.7.1 A)

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
Câmara Municipal

ANO 2017

(Unidade: euro)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações/Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e Transferências	Saldo final
45 DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
45.1 Terrenos e recursos naturais	4.441.033,04		1.470,00				2.172,74	4.444.675,78
45.2 Edifícios								
45.3 Outras construções e infra-estruturas	143.143.332,21		1.405.132,83		2.865.806,87	-10.990,84		147.403.281,07
45.5 Bens do património histórico, artístico e cultural	814.683,66							814.683,66
45.9 Outros bens do domínio público	13.954.263,80							13.954.263,80
44.5 Imobilizações em curso	240.851,90		4.488.637,22		-2.936.461,35	-119.038,00		1.673.989,77
44.6 Adiantamentos por conta de bens do domínio público			469.445,80					469.445,80
	162.594.164,61		6.364.685,85		-70.654,48	-130.028,84	2.172,74	168.760.339,88
43 DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
43.1 Despesas de instalação	7.105.885,63		347.628,26					7.453.513,89
43.2 / 43.9 Despesas de investigação e de desenvolvimento	47.677,28							47.677,28
43.3 Propriedade industrial e outros direitos								
44.3 Imobilizações em curso								
44.9 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								
	7.153.562,91		347.628,26					7.501.191,17
42 DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
42.1 Terrenos e recursos naturais	105.918.330,76		8.283.124,89	20.599,58				114.180.856,07
42.2 Edifícios e outras construções	160.523.574,04		720.773,15	47.098,73	2.039.323,83			163.236.572,29
42.3 Equipamento básico	11.837.494,97		1.733.907,81	47.802,00		-86.166,88	-136.799,40	13.300.634,50
42.4 Equipamento de transporte	6.440.071,19		746.303,29					7.186.374,48
42.5 Ferramentas e utensílios	237.488,13		25.396,26					262.884,39
42.6 Equipamento administrativo	4.900.983,25		649.971,52	7.173,36		-6.304,22	-900,91	5.536.576,28
42.8 Equipamento e software informático	3.409.534,62			26.499,00		-24.439,65		3.358.595,97
42.9 Outras imobilizações corpóreas	3.030.425,54		503.625,65					3.534.051,19
44.2 Imobilizações em curso	686.552,64		2.227.659,47		-1.968.669,35	-43.463,38		902.079,38
44.8 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas								
	296.984.455,14		14.890.762,04	149.172,67	70.654,48	-160.374,13	-137.700,31	311.498.624,55
41 DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
41.1 Partes de capital	2.708.525,00							2.708.525,00
41.2 Obrigações e títulos de participação	2.887.426,80							2.887.426,80
41.4 Investimentos em imóveis								
41.4.1 Terrenos e recursos naturais								
41.4.2 Edifícios e outras construções								
41.5 Outras aplicações financeiras								
41.5.1 Depósitos em instituições financeiras								
41.5.2 Títulos da dívida pública								
41.5.3 Outros títulos								
44.1 Imobilizações em curso								
44.7 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros								
	5.595.951,80							5.595.951,80
Total	472.328.134,46		21.603.076,15	149.172,67		-290.402,97	-135.527,57	493.356.107,40

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES
(Pocal 8.2.7.2 B)

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

ANO 2017

Câmara Municipal

(Unidade: euro)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
48.5 DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
48.5.1 Terrenos e recursos naturais				
48.5.2 Edifícios				
48.5.3 Outras construções e infra-estruturas	84.300.544,20	6.979.100,66		91.279.644,86
48.5.5 Bens do património histórico, artístico e cultural				
48.5.9 Outros bens do domínio público	2.633.299,31	690.251,36		3.323.550,67
	86.933.843,51	7.669.352,02		94.603.195,53
48.3 DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
48.3.1 Despesas de instalação				
48.3.2 / 48.3.9 Despesas de investigação e de desenvolvimento	6.350.022,60	320.436,04		6.670.458,64
48.3.3 Propriedade industrial e outros direitos	47.329,79	347,49		47.677,28
	6.397.352,39	320.783,53		6.718.135,92
48.2 DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
48.2.1 Terrenos e recursos naturais				
48.2.2 Edifícios e outras construções	45.212.007,25	4.493.504,22	15.287,62	49.690.223,85
48.2.3 Equipamento básico	8.841.489,98	964.560,64	100.702,89	9.705.347,73
48.2.4 Equipamento de transporte	4.223.082,73	401.289,41		4.624.372,14
48.2.5 Ferramentas e utensílios	200.167,23	18.825,72		218.992,95
48.2.6 Equipamento administrativo	4.046.361,14	510.684,13	12.811,72	4.544.233,55
48.2.8 Equipamento e software informático	3.406.112,75	1.237,06	50.938,65	3.356.411,16
48.2.9 Outras imobilizações corpóreas	1.013.989,83	175.431,84		1.189.421,67
	66.943.210,91	6.565.533,02	179.740,88	73.329.003,05
48.1 DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
48.1.1 Partes de capital				
48.1.2 Obrigações e títulos de participação				
48.1.4 Investimentos em imóveis				
48.1.4.1 Terrenos e recursos naturais				
48.1.4.2 Edifícios e outras construções				
48.1.5 Outras aplicações financeiras				
48.1.5.1 Depósitos em instituições financeiras				
48.1.5.2 Títulos da dívida pública				
48.1.5.3 Outros títulos				
TOTAL	160.274.406,81	14.555.668,57	179.740,88	174.650.334,50

8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é desagregado por conta de imobilizado e por classe homogénea, espelhando de forma sucinta todas as alterações patrimoniais (aquisições/abates /transferências/amortizações) dos bens de imobilizado. Desta forma e como suporte ao mapa A e B, foram extraídos os seguintes mapas, que se encontram no Dossier anexo do Património:

8.2.8.1- Mapa discriminado de terrenos, edifícios e outras construções e bens de domínio público;

8.2.8.2- Mapa síntese de investimentos financeiros e de bens móveis por grupo homogéneo;

8.2.8.3 - Mapa de bens abatidos no exercício corrente;

8.2.8.4 - Mapa de Bens adquiridos em estado de uso.

8.2.12 – MAPA DE OBRAS TRANSITADAS PARA IMOBILIZADO CORPÓREO (ver Dossier anexo do Património)

As imobilizações corpóreas e em curso são individualizadas por conta patrimonial, refletindo desta forma os montantes das empreitadas que não se encontram concluídas.

As transferências de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo definitivo são efetuadas pelo setor do património aquando da receção do comprovativo da colocação do bem ao serviço do município.

Mapa Resumo de Transferências de Imobilizado em Curso					
Movimento	44.2.1	44.2.2	44.5.3	44.5.4	Total
Saída	1.696.978,64	315.154,09	3.055.499,35		5.067.632,08
Entrada	1.657.073,43	570.586,04	4.488.637,22		6.716.296,69

Dos movimentos de saída €162.501,38 não foram considerados imobilizado.

(Unidade: euro)

Reconciliação Contabilística/Patrimonial de Imobilizado em Curso			
Registo	Ano 2017	Anos Anteriores	Total
Imobilizado Corporeo (42)	4.406.854,99	498.275,71	4.905.130,70
Custos (conta 62)	162.501,38		162.501,38
Total	4.569.356,37	498.275,71	5.067.632,08

No decurso do procedimento de transferência do imobilizado foram efetuadas a devidas regularizações no que respeita às amortizações.

(Unidade: euro)

Regularização de Amortizações			
Autos de Receção Provisória	Valor da Obra	Anos Anteriores (Conta 59)	Ano Corrente (Conta 66)
Ano 2017	4.569.356,37	Não aplicável	58.691,15
Anos Anteriores	498.275,71	10.870,90	768,96
Total	5.067.632,08	10.870,90	59.460,11

8.2.14 – RELAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR

(ver Dossier anexo do Património)

Tendo em conta o desconhecimento do custo aquisição/histórico, existem bens de imobilizado que não foram valorizados.

8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO (ver Dossier anexo do Património)

À semelhança do ponto anterior, existem bens de domínio público que não poderão ser valorizados uma vez que se desconhece o custo histórico, pelo que serão inventariados a custo zero, não podendo, por isso, ser objeto de amortização.

8.2.16 PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES

Participações em entidades societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Resultados líquidos	
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Valor	Ano
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Reg.Lisboa e do Oeste, SA	509479600	Sociedade Anónima	38212	25.200.000,00	1.160.525,00	4,61%	1.160.525,00	3.516.005,76	2016
Águas do Tejo Atlântico*	514387130	Sociedade Anónima	37002	113.527.680,00	2.881.638,00	2,54%	2.881.638,00	-----	-----
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650.000.000,00	2.884.926,80	0,063%	1.236.396,00	654.038,89	2016

* A Águas do Tejo Atlântico, S. A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e como tal, a aprovação do relatório de contas ainda não lhe é exigida.

a) Na data do fecho da prestação de contas do Município não existia informação disponível relativamente aos resultados do ano de 2017

O Orçamento de Estado para 2018 alterou o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, pelo que o montante a realizar pelo Município de Vila Franca de Xira até 2020 relativamente ao FAM passará de € 2.884.926,80 para € 1.854.594,00.

Participações em entidades não societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs
Denominação	N.I.P.C				2017	Formas de realização		
					Meios monetários	Em espécie		
Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	AM	94110		5.931,01	5.931,01		
AMAGÁS	503322148	AM	94110		6.825,50	6.825,50		
Área Metropolitana de Lisboa	502826126	AML	75130		28.272,00	28.272,00		
AMEGA	503875970	AM	91333		3.157,43	3.157,43		
Associação Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saud	504941569	AM	91333		1.391,96	1.391,96		
Associação de Municípios com Centro Histórico	502131047	AM	91333		1.207,00	1.207,00		
Associação da Escola Toureiro José Falcão	507992059	ASU	93291		60.000,00	60.000,00		
RHLT-Associação Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras	514247304	AM	94991		1.500,00	1.500,00		

8.2.22 DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2017 existiam dívidas de cobrança duvidosa no valor de € 10.790.028,61, atingindo as provisões o valor de € 10.733.293,44 correspondente a 100% dos créditos em mora há mais de um ano e 50% dos créditos em mora entre 6 meses e 1 ano.

(Unidade: euro)

Rubricas	Valor
28 Empréstimos concedidos	
211 Clientes c/c	
212 Contribuintes c/c	3.749.151,97
213 Utentes	2.405.283,15
229 Adiantamentos a fornecedores	
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	
24 Estado e outros entes públicos	
264 Administração autárquica	
262+263+267+268 Outros devedores	4.635.593,49
Total	10.790.028,61

8.2.26 CONTAS DE ORDEM

No final do exercício de 2017 o valor associado a garantias e caucões rececionadas atinge os € 10.084.747,05, sendo que € 7.637.141,63 correspondem a caucões e garantias tituladas por documentos e os restantes € 2.447.605,42 a valores entregues em dinheiro. A favor de terceiros registam-se duas garantias, nomeadamente ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e à REFER.

Garantias e caucões rececionadas

(Unidade: euro)

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior	Movimento anual de garantias e caucões			Saldo para a gerência seguinte
		Prestadas	Devolvidas	Acionadas	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)-(4)
Garantias e caucões em dinheiro	2.007.506,54	806.039,43	360.473,47	5.467,08	2.447.605,42
Clientes	24.878,97	46.333,17	47.445,51		23.766,63
Fornecedores c/c	191.729,83	91.959,51	71.844,61		211.844,73
Fornecedores de imobilizado	1.765.351,80	667.746,75	241.183,35	5.467,08	2.186.448,12
Credores e devedores diversos	25.545,94				25.545,94
Garantias e caucões tituladas por documentos	6.473.565,55	6.642.913,25	5.380.479,56	98.857,61	7.637.141,63
Fornecedores c/c	671.863,42	456.157,81	284.465,74		843.555,49
Fornecedores de imobilizado	5.801.702,13	5.174.285,44	4.413.834,65	58.953,78	6.503.199,14
Loteadores e urbanizadores		1.012.470,00	682.179,17	39.903,83	290.387,00
Total	8.481.072,09	7.448.952,68	5.740.953,03	104.324,69	10.084.747,05

Garantias e caucões a favor de terceiros

(Unidade: euro)

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior	Movimento anual de garantias e caucões			Saldo para a gerência seguinte
		Prestadas	Devolvidas	Acionadas	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)-(4)
REFER EP - Rede Ferroviária Nacional	500.000,00				500.000,00
IHRU	256.924,75				256.924,75
Total	756.924,75				756.924,75

8.2.27 MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas provisões:

Provisões Acumuladas

(Unidade: euro)

POCAL	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações financeiras				
291	Provisões para cobranças duvidosas	10.709.558,10	732.015,18	708.279,84	10.733.293,44
292	Provisões para riscos e encargos	8.286.497,76		482.252,17	7.804.245,59
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

8.2.28 MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

Os movimentos efetuados durante o ano de 2017 nos Fundos Próprios explicam-se da seguinte forma:

Fundos Próprios

(Unidade: euro)

Rubricas	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Património	188.825.720,62			188.825.720,62
571	Reservas legais	2.878.175,89	9.485,14		2.887.661,03
574	Reservas livres	5.120.955,20			5.120.955,20
575	Subsídios	1.301.011,38			1.301.011,38
576	Doações	877.478,47	2.172,74		879.651,21
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	1.647.690,21			1.647.690,21
59	Resultados Transitados	75.751.029,19	1.108.925,32	43.873,43	76.816.081,08
TOTAL		276.402.060,96	1.120.583,20	43.873,43	277.478.770,73

O valor registado na rubrica “59 - resultados transitados” resulta essencialmente de correções excecionais de valores de subsídios ao investimento referentes a períodos anteriores.

A conta 576 “Doações” sofreu um aumento de € 2.172,74, referente a:

Doações a Favor do Município 2017

(Unidade: euro)

Documento		Património					Notas
N.º	Data	Data Registo	Classificação		N.º Inventário	Valor	
			CIBE	Conta. Imob			
Certidão de Cedência	01-02-2017	16-03-2017	4010703	45.1	98174	151,41	Cedência de uma parcela de terreno na Quinta da Cruz de Pau, EN 248-3 - São João dos Montes, com área de 151,41 m2 para integração domínio público.
Certidão de Cedência	21-03-2017	16-03-2017	4010703	45.1	98177	298,00	Cedência de uma parcela de terreno na rua Pedro Jacques de Magalhães, n.ºs 28 a 38, tornejando para o largo da Fonte, n.ºs 20 a 26 - Sobralinho, com área de 298 m2 para integração domínio público.
Certidão de Cedência	20-09-2017	16-03-2017	4010703	45.1	98184	40,00	Cedência de uma parcela de terreno no Casal de A-de-Parceira - Rondulha- São João dos Montes, com área de 40 m2 para integração domínio público.
Certidão de Cedência	02-11-2017	29-12-2017	4010703	45.1	105047	488,03	Cedência de uma parcela de terreno na Quinta da Agruela e Torre - São João dos Montes, com área de 488,03 m2 para integração domínio público.
Certidão de Cedência	15-09-2017	29-12-2017	4010703	45.1	105048	20,96	Cedência de uma parcela de terreno na Quinta das Drogas, EN10, Km129 - Alverca do Ribatejo, com área de 20,96m2 para integração domínio público.
Certidão de Cedência	15-11-2017	20-12-2017	4010703	45.1	104580	1.174,34	Cedência de uma parcela de terreno denominado Lamarejo - Vialonga , com área de 1174,34m2 para integração domínio público.
TOTAL						2.172,74	

8.2.29 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC)

(Unidade: euro)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais		100.551,24
Compras	64.399,17	708.801,94
Regularizações de existências		-110.266,93
Existências finais		
Custos do Exercício	64.399,17	699.086,25

No decurso do ano civil de 2017, após análise e debate, foi consentânea a decisão de implementar uma nova metodologia de definição e contabilização das existências, de modo a alinhar os registos contabilísticos presentes ao futuro SNC-AP. Neste sentido foi definido como existência apenas os artigos efetivamente vendáveis (merchandising, livros, folhetos e brochuras, bens alimentares transacionados nos bares e refeitórios municipais), todos os outros (materiais de higiene e limpeza, economato, fardamento, entre outros), por terem uma natureza de consumo interno efetivo, não são de todo passíveis de contabilização como custos de matérias vendidas e matérias consumidas.

Face ao exposto, foram transferidos para uma conta de custos diferidos os produtos que se encontravam em armazém, mas que efetivamente se destinavam a consumo interno, para posteriormente, aquando do seu efetivo consumo serem levados à respetiva conta de custos.

Desta forma, efetuou-se uma regularização de existências no valor de € 108.693,70 que corresponde ao valor de existências na situação acima descrita tendo como consequência que no final de 2017 as existências apresentem um saldo nulo.

Neste momento, e por força do programa informático existente, a entrada e saída de stock deste tipo de artigos considerados existências é simultânea, não sendo apurados quaisquer stocks.

A partir do ano de 2018 vão ser efetuados inventários trimestrais, nos pontos de venda (Bares, Posto de turismo, Museus e Bibliotecas) por forma a colmatar o problema existente e a apurar os stocks reais nos pontos de venda, até que seja adaptado com a nossa software house a aplicação de faturação com movimentação de stocks.

8.2.31 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros respeitantes aos exercícios de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Câmara Municipal

Ano 2017

(Unidade: euro)

Pocal	Custos e Perdas	Exercícios		Pocal	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	131.919,68	153.203,85	781	Juros obtidos	206.436,69	288.533,60
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	643.769,42	192.983,04
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	38.812,88	25.382,00
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	2.334,26	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos	832,75	1.360,07
688	Outros custos e perdas financeiras	32.369,04	27.207,79	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados financeiros	735.776,43	340.385,27	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	7.879,15	12.538,20
		900.065,15	520.796,91			900.065,15	520.796,91

8.2.32 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
Câmara Municipal

Ano 2017

(Unidade: euro)

Pocal	Custos e Perdas	Exercícios		Pocal	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	1.485.775,25	562.790,72	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	4.069,70	10.065,29	793	Ganhos em existências	2.433,38	8.189,03
694	Perdas em imobilizações	26.394,37	148.337,40	794	Ganhos em imobilizações	43.544,70	6.431,57
695	Multas e penalidades	16.590,37	12.281,88	795	Benefícios de penalidades contratuais	365.615,69	2.316.634,14
696	Aumentos de amortizações e de provisões	405.191,47		796	Reduções de amortizações e de provisões	1.091.396,95	1.681.220,41
697	Correções relativas a exercícios anteriores	938.146,73	671.841,22	797	Correções relativas a exercícios anteriores	1.319.522,38	422.059,63
698	Outros custos e perdas extraordinários	8.407,74	137.457,36	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.403.544,59	2.326.902,48
Resultados extraordinários		2.341.482,06	5.218.663,39				
		5.226.057,69	6.761.437,26			5.226.057,69	6.761.437,26